

Análise comparativa da desconexão territorial em reassentamentos pós-desastre: uma abordagem da sustentabilidade socioeconômica ambiental

Débora Dornelas¹, Marina Faria¹, Ângela Leão Andrade², Kerley dos Santos Alves³

¹Arquiteta e Urbanista. Mestranda em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 35400-000, Ouro Preto/MG, Brasil

²Docente no Mestrado profissional em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental e no Mestrado em Química. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 35400-000, Ouro Preto/MG, Brasil

³Docente no Mestrado profissional em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental e no Mestrado Turismo e Patrimônio. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 35400-000, Ouro Preto/MG, Brasil

E-mail do autor correspondente: marina.mf@aluno.ufop.edu.br

Submetido em: 31 jan. 2025. Aceito em: 12 maio 2025

Resumo

Este artigo apresenta uma análise comparativa de dois estudos que investigam a desconexão territorial nos reassentamentos coletivos das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG. Seu objetivo é analisar criticamente esses estudos, evidenciando a desconexão entre os reassentamentos e os territórios de origem, bem como suas implicações para a sustentabilidade socioeconômica ambiental. O primeiro estudo, "Os Reassentamentos Coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e as Rupturas nos Modos de Vida e Práticas Socioculturais Comunitárias", explora as falhas no processo de reassentamento e a desconexão territorial imposta às comunidades. O segundo, "Das Expulsões às Resistências: Os Reassentamentos Coletivos e Territórios Atingidos pela Mineração em Mariana/MG", aborda a invisibilização dos territórios de origem e as lutas pela preservação de vínculos identitários. A análise comparativa evidencia a imposição de um modelo de urbanização neoliberal que desconsidera as práticas socioculturais das comunidades, resultando em rupturas e resistência. Conclui-se que a efetiva participação comunitária e políticas mais inclusivas são essenciais para garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental desses reassentamentos, promovendo territórios saudáveis e sustentáveis.

Palavras-chave: Reassentamentos Coletivos, Impactos da Mineração, Paracatu de Baixo, Bento Rodrigues, Sustentabilidade.

Abstract

Comparative analysis of territorial disconnection in post-disaster resettlements: An approach to socioeconomic and environmental sustainability

This article presents a comparative analysis of two studies investigating territorial disconnection in the collective resettlements of the communities of Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo, impacted by the collapse of the Fundão dam in Mariana, Brazil. The objective of this article is to critically analyze these studies,

highlighting the disconnection between resettlements and their original territories, as well as the implications for socioeconomic and environmental sustainability. The first study, "The Collective Resettlements of Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo and the Disruptions in Community Lifestyles and Sociocultural Practices", explores the shortcomings of the resettlement process and the territorial disconnection imposed on the communities. The second study, "From Expulsions to Resistances: Collective Resettlements and Territories Affected by Mining in Mariana, Brazil", addresses the invisibilization of original territories and the struggles to preserve identity bonds. The comparative analysis highlights the imposition of a neoliberal urbanization model that disregards the sociocultural practices of the communities, resulting in disruptions and resistance. It concludes that effective community participation and more inclusive policies are essential to ensure the socioeconomic and environmental sustainability of these resettlements, promoting healthy and sustainable territories.

Keywords: Collective Resettlements, Mining Impacts, Paracatu de Baixo, Bento Rodrigues, Sustainability.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar, de forma comparativa, dois estudos que abordam os processos de reassentamento coletivo das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015. Este evento impactou profundamente as comunidades, e o processo de reparação do direito à moradia, conduzido pela Fundação Renova¹ desde 2016, tem sido marcado pela ausência de transparência e desrespeito aos modos de vida dos territórios de origem.

A imposição de um modelo de urbanização ultraliberal, que desconsidera as práticas socioculturais e reforça a dominação territorial, resultou em reassentamentos com características condominiais elitizadas. De acordo com Passos e Marques (2023a, 2023b), esse modelo reproduz a violação de direitos humanos, tratando os reassentamentos de forma homogênea e descontextualizada. As autoras também apontam que, através da contracartografia, é possível evidenciar a violação do direito à retomada dos

modos de vida, especialmente no que se refere às práticas comunitárias. O primeiro estudo foca nas rupturas socioculturais, enquanto o segundo discute a imposição de territorialidades neoliberais e as formas de resistência comunitária.

A análise comparativa dos dois artigos visa aprofundar a compreensão da desconexão territorial nos processos de reassentamento, abordando suas implicações para a sustentabilidade socioeconômica ambiental, alinhando-se com a literatura que destaca a importância do respeito às dinâmicas sociais nos processos de reassentamento (Oliver-Smith, 2009).

Metodologia

Este artigo adota uma metodologia de análise comparativa, que se iniciou com a pesquisa bibliográfica sobre o tema de reassentamentos pós-desastres, com foco nas implicações para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. A partir dessa pesquisa, foram selecionados dois estudos de caso relevantes para análise: "Os

¹ Essa entidade foi criada em março de 2016 com o objetivo de reparar os danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. Após a

homologação do acordo de repactuação em novembro de 2024, a extinção dessa organização está prevista para o ano de 2025.

Reassentamentos Coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e as Rupturas nos Modos de Vida e Práticas Socioculturais Comunitárias" e "Das Expulsões às Resistências: Os Reassentamentos Coletivos e Territórios Atingidos pela Mineração em Mariana/MG". A escolha desses estudos se justifica pela complementaridade de seus enfoques, com o primeiro explorando as rupturas socioculturais e o segundo analisando a imposição de territorialidades neoliberais, ambos abordando aspectos centrais da problemática dos reassentamentos após o rompimento da barragem de Fundão.

A análise comparativa foi realizada em três etapas principais, em um processo iterativo: (1) **levantamento e organização dos dados**, com a coleta dos dois estudos, atentando para seus objetivos, metodologias, resultados e conclusões; (2) **análise comparativa**, com a identificação de semelhanças, diferenças e pontos de convergência e divergência, guiada pelas dimensões de objetivos de pesquisa, abordagem metodológica, principais resultados e discussão sobre os impactos na sustentabilidade socioeconômica ambiental; e (3) **síntese e interpretação**, com a apresentação dos principais achados e uma interpretação sobre a desconexão territorial nos reassentamentos e suas implicações para a sustentabilidade socioeconômica ambiental. A análise comparativa foi realizada de forma qualitativa, considerando a natureza dos estudos e suas abordagens metodológicas, com vistas a refinar a análise e as conclusões, considerou o retorno aos dados brutos para garantir a fidelidade e a profundidade da interpretação.

- **Artigo 1:** A metodologia do primeiro estudo inclui pesquisa bibliográfica e técnico-

documental, análise das narrativas das pessoas atingidas através do Jornal A Sirene, levantamento de registros fotográficos dos territórios de origem e dos reassentamentos coletivos, além da utilização de contracartografia.

- **Artigo 2:** A metodologia do segundo estudo abrange pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica, além da coleta de relatos de pessoas atingidas por meio de entrevistas semiestruturadas e da análise de matérias de imprensa, complementada pela vivência prática junto às comunidades.

A análise fez parte da disciplina obrigatória do programa de mestrado "Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental" (SEA103), módulo II, em que o escopo era de análise crítica de artigos científicos com fundamentação em sustentabilidade. A seleção dos estudos de caso para a análise comparativa foi realizada com base em sua relevância na abordagem do tema de reassentamento coletivos após o desastre socioambiental em Mariana/MG. Ambos estudos foram escolhidos por apresentarem perspectivas complementares sobre o impacto do rompimento da Barragem de Fundão no município. A complementaridade desses enfoques permite uma análise mais profunda dos desafios enfrentados pelas comunidades atingidas, as implicações para a sustentabilidade socioeconômica e a justiça ambiental.

Perspectivas Teóricas sobre Sustentabilidade, Desconexão Territorial, Justiça Ambiental e Climática

A presente análise comparativa se fundamenta nos princípios da sustentabilidade socioeconômica ambiental, que compreende a necessidade de integrar as dimensões social, econômica e ambiental em todas as ações e

políticas (Sachs, 2008). No contexto de reassentamentos pós-desastre, essa integração é crucial para garantir que as comunidades atingidas não apenas recuperem suas moradias, mas também preservem suas identidades culturais, seus vínculos comunitários, seus modos de vida e seus meios de subsistência.

Sachs (1993) distribuiu a sustentabilidade em cinco dimensões, sendo elas: *sustentabilidade social* – em que a meta é construir uma sociedade com maior equidade na distribuição de recursos de modo a dirimir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres; *sustentabilidade econômica* – que deve ser tornada possível pela destinação e gerenciamento de recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência da economia deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas por critérios do lucro empresarial; *sustentabilidade ecológica* – que consiste no uso do potencial de recursos dos ecossistemas da terra, na limitação do consumo de combustíveis e recursos não renováveis, redução da poluição, promoção da limitação do consumo de materiais por parte de países ricos e de pessoas em todo o planeta, intensificar pesquisas para obter tecnologias inovadoras e eficientes para o desenvolvimento urbano, rural e industrial e a definição de normas para uma proteção ambiental adequada; *sustentabilidade espacial* – que deve se direcionar para um equilíbrio na distribuição territorial dos assentamentos urbanos e das atividades econômicas e por fim, *a sustentabilidade cultural* – que inclui a busca por processos que compreendam as mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito de ecodesenvolvimento em soluções específicas para território, cultura e área.

Segundo Martinez-Alier (2002), a justiça ambiental é fundamental nesse processo, pois

envolve a distribuição equitativa dos custos e benefícios ambientais, reconhecendo a diversidade de valores e experiências das comunidades locais. A problemática da desconexão territorial nos reassentamentos, abordada pelos estudos analisados, se relaciona com conceitos como desterritorialização (Haesbaert, 2004), que se refere à perda dos vínculos com o território, a imposição de novas espacialidades, e a importância da participação comunitária como forma de garantir que as políticas de reassentamento sejam culturalmente adequadas e atendam às necessidades das populações atingidas (Arnstein, 1969). A análise busca também, através dos estudos selecionados, reconhecer a relevância das "rugosidades" propostas por Santos (2008) e a resiliência das comunidades que, apesar das rupturas, conseguem recriar seus espaços.

Miranda et al. (2017) discute que território transcende os espaços construídos e delimitações geográficas, ele existe por meio das relações sociais construídas ao longo dos anos. No contexto do desastre provocado pela mineradora Samarco, as implicações são maiores que o que é visto nas notícias, uma vez que foram destruídas memórias e tradições que contribuíram na construção da noção de território das pessoas atingidas. Sobre o reassentamento destaca-se que é necessário pensar de forma antecipada em estratégias que possibilitem a adaptação dos moradores à nova comunidade e que novas relações de pertencimento sejam estabelecidas.

Nesse contexto, o conceito de justiça climática complementa a justiça ambiental, ampliando o entendimento das desigualdades enfrentadas por comunidades vulneráveis em um cenário de emergência climática. De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, 2022), essas condições dificultam o

desenvolvimento resiliente e intensificam os impactos adversos das mudanças climáticas. No mesmo sentido, o Plano Estadual de Ação Climática (2023) destaca que a justiça climática deve estar alinhada aos direitos humanos e ao desenvolvimento equitativo, priorizando ações que reduzam os riscos para as populações mais vulneráveis. Em Mariana, ações integradas e orientadas por esses princípios são indispensáveis para promover a recuperação e a resiliência socioeconômica e ambiental.

De acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD, 2024), o município de Mariana apresenta atualmente um índice de Exposição Geral de 0,541, classificado como “Nível de Exposição Alta” (Figura 1) às variações climáticas, caracterizado pela intensidade, frequência e ritmo das mudanças ambientais na região. Esse índice aumentou em relação ao de 2015, de 0,458 (Plataforma Clima Gerais, 2015), que já era elevado, mas não contemplava os desafios agravados pela

destruição dos sistemas de abastecimento de água, a contaminação de solos e cursos d’água e a desarticulação das dinâmicas comunitárias. O Índice Mineiro de Vulnerabilidade Climática, lançado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) em outubro de 2015, cerca de um mês antes do rompimento da barragem de Fundão, classificou o município como de “Vulnerabilidade Alta” e não previa integralmente os impactos socioambientais e econômicos que se intensificaram após o desastre. Como resultado, a exposição do território aumentou, reforçando a necessidade de medidas de adaptação.

Delbono (2022) destaca que os desastres ambientais ocorridos em Minas Gerais – Mariana e Brumadinho – distanciaram a execução dos ODS, com meta para 2030 e indicam a vulnerabilidade no entorno das áreas de mineração. Reafirma-se a necessidade de cumprimento da meta 11 dos ODS – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

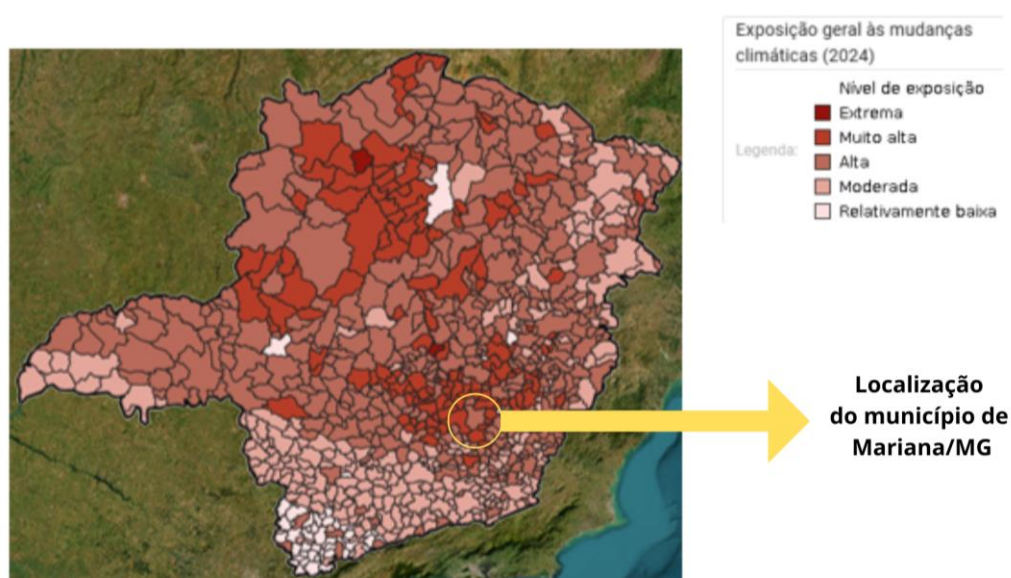


Figura 1. Exposição Geral às Mudanças Climáticas por Território em Minas Gerais.

Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD (2024), com adaptações das autoras.

Esses problemas estruturais, intensificados pela emergência climática, têm imposto pressões

crescentes sobre os sistemas urbanos e rurais do município. Além das dificuldades preexistentes,

como a degradação ambiental e a escassez de recursos essenciais, a situação de Mariana demanda a adoção de estratégias integradas que articulem recuperação socioambiental e mitigação dos impactos climáticos. Essas estratégias devem se pautar em soluções sustentáveis e inclusivas, capazes de fortalecer a resiliência do território e promover condições de vida mais justas e adequadas para as populações atingidas.

Resultados e Discussão

Apresentação dos estudos e desconexão arquitetônica e territorial

Inicialmente, apresentaremos um breve resumo dos estudos analisados, com foco em seus objetivos principais, e destacaremos a autoria de cada um deles, como forma de apresentar o material que será analisado ao longo deste artigo (Quadro 1).

Os resultados de ambos os estudos apontam para uma profunda desconexão territorial que compromete a sustentabilidade socioeconômica e

ambiental dos reassentamentos coletivos. Os estudos, utilizando diferentes abordagens, concluem que o processo de reassentamento, ao invés de promover a reparação integral, reproduz um modelo de dominação territorial que viola direitos humanos, especialmente o direito à moradia digna.

A imposição de um urbanismo ultraliberal, que resulta em uma padronização da arquitetura, contrasta com a importância da diversidade cultural presente nos territórios originais (Lefebvre, 1991). A análise comparativa revela que a padronização das construções, o desrespeito aos modos de vida tradicionais - apesar do direito “garantido” por Ação Civil Pública², e a ausência de participação efetiva das comunidades nos processos decisórios contribuem para a fragilidade social e territorial dos reassentamentos. Nesse sentido, ambos os estudos demonstram a necessidade de uma abordagem mais cuidadosa, sensível, contextualizada e participativa nas políticas de reassentamento.

Quadro 1. Apresentação dos Estudos Analisados.

Estudo	Autoras	Objetivo Principal
"Os Reassentamentos Coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e as Rupturas nos Modos de Vida e Práticas Socioculturais Comunitárias"	Flora Passos e Monique Marques (2023a)	Investigar se as propostas de reassentamento coletivo da Fundação Renova asseguram a continuidade dos modos de vida das comunidades, com ênfase nas práticas socioculturais.
"Das Expulsões às Resistências: Os Reassentamentos"	Flora Passos e Monique Marques	Compreender as dinâmicas de expulsão e desterritorialização provocadas pela mineração e pelo reassentamento, analisando como o modelo de

² “Nos reassentamentos coletivos, **deverá existir estrutura mínima condizente para a retomada dos modos de vida em comunidade**, à escolha da própria comunidade” (Ação Civil Pública 0400.15.004335-6

Diretriz nº 25, homologada em 06/02/2018, grifo das autoras).

Coletivos e Territórios Atingidos pela Mineração em Mariana/MG"	(2023b)	urbanização neoliberal invisibiliza os territórios, e destacando a resistência das comunidades.
--	---------	---

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

Impacto para o avanço do conhecimento em sustentabilidade socioeconômica ambiental

A análise comparativa dos dois estudos traz contribuições relevantes para o avanço do conhecimento em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental. Os estudos ressaltam a importância de processos participativos e do respeito às práticas culturais locais nos processos de reassentamento por deslocamento compulsório. A análise das narrativas por meio do *Jornal A Sirene*, presente no primeiro estudo, permitiu a captura de um retrato mais 'orgânico' e contínuo das vozes da comunidade, enquanto as entrevistas do segundo estudo permitiram explorar em maior profundidade as experiências individuais. Essas diferentes abordagens enriquecem a comparação, revelando nuances da mesma problemática. A desconsideração da memória dos territórios e a imposição de modelos urbanísticos alheios às realidades locais prejudicam a sustentabilidade dos assentamentos, afetando aspectos sociais, ambientais e econômicos. Como argumenta Ostrom (2000), a gestão sustentável de recursos comuns requer a participação ativa dos atores locais. Ao evidenciar que os projetos de reassentamento não contemplam os modos de vida locais, os estudos demonstram a necessidade de políticas mais inclusivas e culturalmente adequadas para garantir a resiliência das comunidades. Embora ambos os estudos abordem a desterritorialização, o primeiro enfoca mais a perda de práticas socioculturais, enquanto o segundo destaca as imposições de novas territorialidades. Essa diferença de foco

enriquece a análise, revelando diferentes dimensões do impacto do reassentamento

A análise comparativa dos estudos oferece um panorama mais completo sobre as complexas relações entre deslocamento, territorialidade e sustentabilidade socioambiental, evidenciando a necessidade de uma abordagem transdisciplinar e de políticas públicas que reconheçam a importância da memória, cultura e participação comunitária. Nesse sentido, o conceito de território saudável e sustentável se torna central, abrangendo não apenas a recuperação ambiental, mas também a garantia de condições que promovam qualidade de vida, equidade e respeito às especificidades culturais e sociais dos reassentados. A utilização do conceito de 'rugosidades' de Santos (2008), como forma de resistência, também ressalta a importância de valorizar os vínculos sociais e as práticas culturais das comunidades atingidas.

Conclusão

A análise comparativa dos dois artigos evidencia as profundas desconexões e rupturas enfrentadas pelas comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo no processo de reassentamento após o rompimento da barragem de Fundão. Ambos os estudos destacam a exclusão das histórias e modos de vida das comunidades nas decisões que moldam seus novos ambientes, resultando em desintegração social. Para garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental desses reassentamentos coletivos, é crucial implementar

políticas mais inclusivas que reconheçam e respeitem a complexidade das realidades locais.

Fundamentalmente, a efetiva participação comunitária deve ser vista não apenas como um direito, mas como uma condição essencial para a reparação integral e a construção de um futuro mais justo e sustentável para as populações atingidas. A análise comparativa também destaca a importância de estudos que abordem de forma integrada as dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais dos processos de reassentamento, a fim de que se possa construir políticas públicas mais eficazes e justas para populações atingidas por desastres-crime.

Fundamentalmente, a efetiva participação comunitária deve ser vista não apenas como um direito, mas como uma condição essencial para a reparação integral e a construção de um futuro mais justo e sustentável para as populações atingidas. Essa participação deve envolver a escuta ativa e a incorporação das demandas específicas das comunidades, garantindo que suas histórias, práticas culturais e modos de vida sejam respeitados e integrados às soluções propostas. Além disso, os estudos analisados ressaltam que a desconexão entre os reassentamentos coletivos e os territórios de origem não pode ser superada sem uma abordagem interdisciplinar que considere as dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais de forma integrada.

A desconexão territorial não apenas causa rupturas sociais, mas também afeta a sustentabilidade econômica das comunidades, que perdem seus meios de subsistência e se tornam dependentes de novas formas de trabalho. Além disso, a imposição de um modelo urbano padronizado, desconsiderando as práticas locais de uso do solo e de recursos naturais, afeta a sustentabilidade ambiental. A desconexão

territorial em reassentamentos pode ser entendida como uma manifestação de injustiça ambiental, já que as comunidades são despojadas de seus territórios e formas de vida tradicionais, sendo expostas a novas vulnerabilidades. Além disso, essa desconexão pode agravar a vulnerabilidade climática, uma vez que as práticas tradicionais de manejo de recursos naturais, que se desenvolveram por séculos e aumentavam a resiliência territorial, são perdidas ou enfraquecidas.

Além disso, políticas públicas voltadas para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis devem transcender a mera reconstrução da infraestrutura física. É fundamental englobar aspectos como a coesão social, a resiliência comunitária e o respeito às especificidades locais. Nesse sentido, o planejamento territorial deve alinhar as ações de reparação às diretrizes do desenvolvimento sustentável, garantindo que as comunidades atingidas tenham condições equitativas e dignas para reconstruir suas vidas, preservando sua identidade e fortalecendo seus laços sociais.

Referências

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.

CLIMA GERAIS. Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas. Plataforma Mineira para Adaptação às Mudanças Climáticas, 2015. Disponível em: <<https://clima-gerais.meioambiente.mg.gov.br/vulnerabilidade-territorial>>. Acesso em: 07 de jan. de 2025.

DELBONO, B. F. Gestão, Sustentabilidade e Ambiente: breves considerações sobre a gestão dos efeitos dos desastres industriais de Mariana e Brumadinho. *Revista de Tecnologia & Gestão Sustentável*, v. 1, n. 2, p. 11-20, 2022. DOI: 10.17271/rtgs.v1i2.3159. Disponível em: <<https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Plano Estadual de Ação Climática – PLAC-MG - versão final. Minas Gerais, 2023. Disponível em:

<[https://meioambiente.mg.gov.br/w/plano-estadual-de-acao-climatica-plac-mg->](https://meioambiente.mg.gov.br/w/plano-estadual-de-acao-climatica-plac-mg-). Acesso em: 6 jan. 2025.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IPCC. Summary for Policymakers. In: PÖRTNER, H.-O. et al. (Eds.). **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2022. pp. 3-33. DOI: 10.1017/9781009325844.001. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_SummaryForPolicymakers.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford, UK: Blackwell, 1991.

MARTINEZ-ALIER, J. **The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2002.

MIRANDA, M. G.; Friede, R.; Rodrigues, A. C.; Almeida, D. S. Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues. **Interações**, v. 18, n. 2, p. 3-12, 2017.

OLIVER-SMITH, A. **Displacement, Resettlement and Human Rights**. Forced Migration Review, v. 32, p. 31-33, 2009.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PASSOS, F.; MARQUES, M. **Os Reassentamentos Coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e as Rupturas nos Modos de Vida e Práticas Socioculturais Comunitárias**. In: Colóquio Internacional Sociedade, Espaço e Política, II, 2023, Recife. **Anais Eletrônicos...** Recife: UFPE, 2023a. p. 319-324.

PASSOS, F.; MARQUES, M. **Das expulsões às resistências: os reassentamentos coletivos e territórios atingidos pela mineração em Mariana/MG**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XX, 2023, Belém. Sessão Temática 13: Identidade e territórios: adaptação e resiliência... Belém: ANPUR, 2023b. p. 7-36.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 89-91.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMAD). Índice Mineiro de Vulnerabilidade Climática. Minas Gerais, 2024. Disponível em: <<https://semad.mg.gov.br/indice-mineiro-de-vulnerabilidade-climatica>>. Acesso em: 9 jan. 2025.

TJMG [TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS]. **Ata de audiência homologada em 06/02/2018**. Ação Civil Pública no 0400.15.004335-6. Mariana/MG: 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Criminais, 2018.